

“É A ÂNSIA DE QUEM NUNCA FALOU”: REPRESSÃO À LESBIANDADE E AO MOVIMENTO LESBIANO ORGANIZADO NA “ABERTURA POLÍTICA”

“IT IS THE ANXIETY OF THOSE WHO NEVER TALKED”: REPRESSION OF LESBIANDITY AND THE ORGANIZED LESBIAN MOVEMENT IN THE “POLITICAL OPENING”

“ES LA ANSIEDAD DE LAS QUE NUNCA HABLARON”: REPRESIÓN DE LA LESBIANDIDAD Y EL MOVIMIENTO LESBIANO ORGANIZADO EN LA “APERTURA POLÍTICA”

Elísia Gomes da Silva¹
Ma. Jaíne Chianca da Silva²

RESUMO

O presente trabalho gira em torno da problemática da repressão à lesbiandade e ao movimento lesbiano organizado. Objetivamos analisar e discutir esta repressão em esferas político-sociais no período da Ditadura civil-militar no Brasil. Apontaremos as principais formas de repressão contra as organizações políticas formadas por mulheres lésbicas, desde o seu nascimento na fase de *abertura política*, na década de 1970 até o ano de 1983. Além disso, questionaremos a invisibilidade e a marginalização que envolve as discussões acerca das organizações lésbicas e à própria lesbiandade. Os principais grupos que utilizaremos para análise serão o Grupo Lésbico-Feminista (LF), que posteriormente tornou-se o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), formados na cidade de São Paulo; juntamente com o Grupo Libertário Homossexual (GLH), formado em Salvador, na Bahia. Materiais jornalísticos da imprensa alternativa como: *O Repórter*, *Em tempo*, *Convergência Socialista* e o *Lampião da Esquina* – o principal jornal sobre a temática homossexual na ditadura – e dossiês investigativos obtidos a partir do *Arquivo Nacional* serão as fontes primordiais para demonstrar como a repressão aos movimentos lésbicos, formalizada na justificativa da defesa da moralidade e dos “bons costumes”, ultrapassou as esferas ideológicas do período ditatorial. Os grupos supracitados lidaram com acusações, investigações e restrições de suas manifestações pelos agentes do Estado, ao passo que também expuseram as contradições de outros movimentos que eram alinhados politicamente com o movimento lesbiano, como o feminista e o homossexual masculino.

Palavras-chave: Lesbiandade; Ditadura civil-militar brasileira; Repressão; Movimento lesbiano.

ABSTRACT

The present work revolves around the problem of the repression of lesbianity and the organized lesbian movement. We aim to analyze and discuss this repression in political-social spheres in the period of the civil-military Dictatorship in Brazil. We will point out the main forms of repression against political organizations formed by lesbian women, from their birth in the *political opening* phase, in the 1970 to 1983. Furthermore, we will question the invisibility and marginalization that surround discussions about lesbian organizations and lesbianity. The main groups we will use for analysis will be the Lesbian-Feminist Group (LF), which later became the Feminist Lesbian Action Group (FLAG), formed in the city of São Paulo; together with the Homosexual Libertarian Group (HLG), formed in Salvador, in

¹Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: elisiagomes159@gmail.com

²Mestra em História pela UFCG e doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jaíne.chianca@gmail.com

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbico organizado na “abertura política”

Bahia. Journalistic materials from the alternative press such as: *The Reporter*, *In Time*, *Socialist Coverage* and *Corner Lamp* – the main newspaper on homosexual theme in the dictatorship – and investigative dossiers obtained from the National Archive will be the primary sources to demonstrate how repression of lesbian movements, formalized in the justification of the defense of morality and "good customs", surpassed the ideological spheres of the dictatorial period. The aforementioned groups dealt with accusations, investigations and restrictions of their manifestations by state agents, while also exposing the contradictions of other movements that were politically aligned with the lesbian movement, such as the feminist and the homosexual male.

Keywords: Lesbianity; Brazilian civil-military dictatorship; Repression; Lesbian movement.

RESUMEN

El presente trabajo gira en torno a la problemática de la represión de la lesbiandad y el movimiento lésbico organizado. Nuestro objetivo es analizar y discutir esta represión en las esferas político-sociales en el período de la dictadura cívico-militar en Brasil. Señalaremos las principales formas de represión contra las organizaciones políticas formadas por mujeres lesbianas, desde su nacimiento en la fase de apertura política, en la década de 1970 hasta el año 1983. Además, cuestionaremos la invisibilización y marginación que rodea las discusiones sobre las organizaciones de lesbianas y las propias lesbianas. Los principales grupos que utilizaremos para el análisis serán el Grupo Feminista Lésbico (FL), que luego se convirtió en el Grupo Acción Feminista Lésbica (GAFL), formados en la ciudad de São Paulo; junto con el Grupo Libertário Homossexual (GLH), formado en Salvador, Bahia. Materiales periodísticos de la prensa alternativa como: *O Repórter*, *Em Tempo*, *Convergência Socialista* y *Lampião da Esquina* - principal diario sobre temas homosexuales en la dictadura - y dossiers de investigación obtenidos del Archivo Nacional serán las fuentes primarias para demostrar como la represión de los movimientos lésbicos, formalizados en la justificación de la defensa de la moral y los “buenos costumbres”, superó las esferas ideológicas del período dictatorial. Los grupos mencionados abordaron denuncias, investigaciones y restricciones a sus manifestaciones por parte de agentes estatales, al mismo tiempo que expusieron las contradicciones de otros movimientos políticamente alineados con el movimiento lésbico, como el movimiento feminista y el homosexual masculino.

Palabras Clave: Lesbiandad; Dictadura cívico-militar brasileña; Represión; Movimiento lésbico

INTRODUÇÃO

Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos - meios de comunicação, educação, religião. etc. - nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p.7).

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbico
organizado na “abertura política”

O subgrupo³ Lésbico-Feminista, formado somente por lésbicas⁴, surgiu em fevereiro de 1979, na cidade de São Paulo. Desde o seu surgimento possuiu vários nomes, como: facção lésbica-feminista, Grupo Lésbico-Feminista (LF), Grupo de Atuação Lésbico-Feminista, Grupo de Ação Lésbico-Feminista e, por fim, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). O LF fazia parte do SOMOS/SP quando escreveu a citação supracitada, nela ficou perceptível a indignação dessas mulheres com o sistema repressor e tudo o que ele representou: “Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos - meios de comunicação, educação, religião. etc. - nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar”.

Sabe-se que as homossexualidades que se estruturaram durante a “abertura política” brasileira foram marginalizadas pelo sistema ditatorial, sem espaço para reivindicarem políticas públicas ou simplesmente existirem livremente. É válido pontuar que ao mencionarmos o termo *homossexualidades*, estamos dialogando com o que atualmente chamamos de movimento LGBTTTQIA+⁵ e assim como enfatizam os autores James N. Green e Renan Quinalha, organizadores do livro *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a busca da verdade* (2014), para não cair no anacronismo de usar expressões que não provieram desse período, o termo homossexualidades, no plural, abarca de maneira mais adequada às sexualidades e identidades de gênero marginalizadas no período ditatorial, como as lésbicas, gays e travestis.

A obra *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a busca da verdade* nos dá um grande suporte teórico, pois além de fazer um panorama historiográfico sobre a relação entre o período ditatorial e as homossexualidades, também trabalha com alguns conceitos que consideramos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, problematiza questões como a preponderância de publicações sobre a homossexualidade masculina e a escassa evidência da atuação do movimento de mulheres lésbicas.

³ Segundo Edward Macrae, no começo de 1979 muitas mulheres lésbicas começaram a participar das reuniões do SOMOS/SP, tanto é que, dos vinte e cinco integrantes do grupo, dez eram mulheres. Para lidar com esse aumento significativo de pessoas, decidiram formar três grupos menores, possibilitando a participação efetiva das lésbicas em todos os grupos. Porém, o que aconteceu foi que as mulheres que já eram minoria dentro do SOMOS, foram dispersadas, perdendo força na tomada de decisões. Ver: MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 309.

⁴ Utilizamos as palavras “lésbica” e “lésbicas” amparadas no conceito de Patrícia Lessa. Ver: LESSA, Patrícia. **Lésbicas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História, Brasília, 2007. A autora substitui as palavras lésbica e lesbianismo por lésbica e lesbiandade, respectivamente, pois, segundo ela, as duas primeiras estão ligadas ao discurso científico do século XIX, que classifica as práticas de lesbiandade como patologia, perversões sexuais, crime. Renomear, ressignificar, neste caso, é uma tentativa de transformar os sentidos e dar oportunidade que essas personagens sociais – lésbicas – tenham oportunidade de criar outros imaginários na sociedade.

⁵ A sigla refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexo, Assexuais. Utilizamos o sinal de “+” correspondente as demais possibilidades de sexualidade e/ou identidade de gênero.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
organizado na “abertura política”

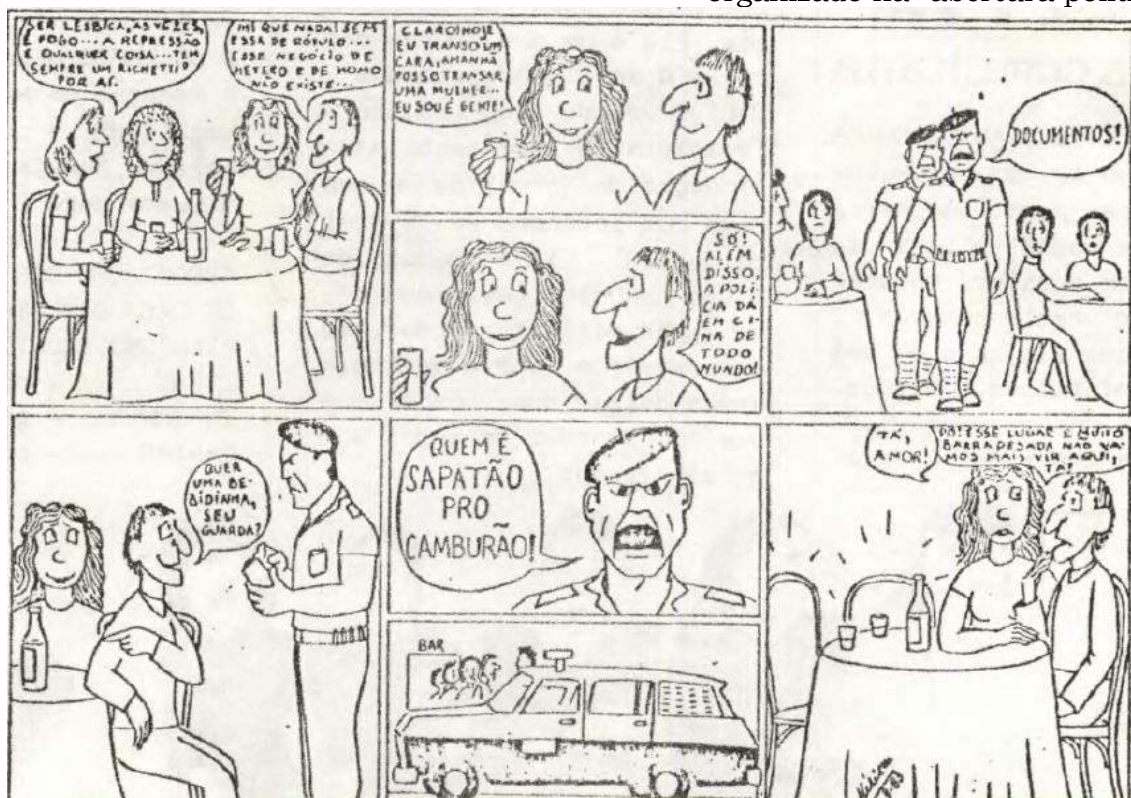
Apontando precisamente a homossexualidade feminina, a lesbiandade era o fator primordial que ligava diretamente a repressão contra a existência lésbiana e a organização política das mesmas. Temos como foco as principais formas de repressão contra as organizações políticas formadas por e para mulheres lésbianas, desde o seu nascimento na fase de abertura democrática na década de 1970, até o ano de 1983. Além disso, destacamos a invisibilidade e a marginalização que envolvia as discussões acerca das organizações lésbianas. Os principais grupos que utilizaremos para análise serão o LF, que posteriormente tornou-se independente do SOMOS/SP, chamando-se GALF, formados na cidade de São Paulo; e o Grupo Libertário Homossexual (GLH), formado em Salvador-BA. Ao utilizarmos o GLH procuraremos destacar a falta de documentação evidente em um grupo que não fez parte do eixo regionalista predominantemente sudestino.

Materiais jornalísticos da imprensa alternativa da década de 1980 e dossiês investigativos obtidos a partir do Arquivo Nacional serão as fontes primordiais para demonstrar como a repressão contra os movimentos lésbianos, formalizada inicialmente na justificativa da defesa da moralidade e dos “bons costumes”, ultrapassou as esferas ideológicas do período ditatorial e espelharam as contradições de movimentos que eram alinhados politicamente com o movimento lésbiano, como o feminista e o homossexual masculino. Estes dois últimos, por mais que tivessem pautas semelhantes com o movimento, também foram responsáveis por certas coibições da organização lésbiana brasileira, no período ditatorial.

“QUEM É SAPATÃO PRO CAMBURÃO!”

O boletim *ChanacomChana* (1982-1987), produzido pelo GALF, trazia em sua edição n. 2, um exemplo de repressão policial.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
 “É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
 organizado na “abertura política”



Fonte: Boletim ChanacomChana, n. 2, 1983, p. 2.

A história em quadrinhos (HQ) começava com 4 pessoas sentadas à mesa, o desenrolar das imagens nos sugere que temos um casal lésbico e um heterossexual. Uma das mulheres lésbicas falava sobre a repressão à homossexualidade feminina feita pela polícia, neste momento, o homem que estava com elas falou que o rótulo devia ser deixado de lado e a companheira dele confirmou dizendo que “Claro! Hoje eu transo um cara, amanhã posso transar uma mulher... Eu sou é gente!”. A polícia logo apareceu pedindo os documentos e falando “Quem é sapatão pro camburão!”. No quadrinho seguinte, as mulheres lésbicas já apareceram dentro do carro da polícia, enquanto que o casal heterossexual termina a historinha dizendo “Pô! Esse lugar é muito barra pesada não vamos mais vir aqui, tá!”.

As imagens representavam a perseguição que as mulheres, propositalmente chamadas de “sapatão”, sofriam durante a ditadura civil-militar brasileira. Na HQ, uma das lésbicas falou “ser lésbica, as vezes, é fogo... A repressão é qualquer coisa... Tem sempre um Richetti por aí.”. Na continuação da charge, podemos perceber que o casal heterossexual não concordou com a afirmação, porém, no final da história, o casal lésbico foi para o camburão, enquanto o heterossexual, reconhecido como a verdadeira e única possibilidade afetivo-sexual, permaneceu no bar, incrédulo ao episódio.

Esse discurso de repressão levou-nos a dialogar com Michel Foucault que afirma:

Em todo caso, a hipótese de um poder de repressão que nossa sociedade exerceria sobre o sexo e por motivos econômicos, revela-se insuficiente se for preciso considerar toda uma série de reforços e de intensificações que uma primeira abordagem manifesta: proliferação de discursos, e discursos cuidadosamente inscritos em exigências de poder. [...] Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes (FOUCAULT, 1999, p. 70).

Para o autor, a finalidade desses discursos era a de instaurar modos hegemônicos de sexualidade, de prazeres, de condutas sexuais, na tentativa de “normalizar” algumas sexualidades em detrimento de outras vistas como “anormais”. São discursos proferidos principalmente pelos grupos que exercem poder político, econômico, jurídico e social, sendo responsáveis pela exclusão e tentativa de normalização de identidades subversivas que são colocadas a margem e mortas diariamente. Além disso, são embasados na ideia de proteger a *moral e os bons costumes* de uma sociedade, tão exaltados durante a ditadura civil-militar brasileira, como demonstrou Renan Quinalha (2021).

Na charge, o policial provavelmente representava o delegado José Wilson Richetti, que no final de maio de 1980 foi transferido para Terceira Seccional (centro), em São Paulo e iniciou as operações Limpeza e Rondão. Richetti:

[...] Com uma bem montada equipe interpolicial, sai [sic] pela cidade disposto a limpar não apenas as zonas residenciais mas sobretudo o centro da cidade, atacando as Bocas do Lixo, a Rego Freitas, Av. Ipiranga, Largo do Arouche e Vieira de Carvalho, áreas frequentadas por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e bichas em geral. Portando-se como um herói, ele convida um fotógrafo para documentar a operação e alega apoio total de seus superiores (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 18).

O delegado Richetti possuía um discurso segregacionista muito semelhante aos do início do século XIX. Para ele, a restrição da circulação dos grupos supracitados no espaço público fazia parte do trabalho policial. Além disso, esses grupos eram descritos como imorais, que deveriam ser combatidos pela polícia. Apoiando-se na vontade de instaurar a moral e limpar o centro de São Paulo desses indivíduos, Richetti abusou de seu poder de delegado e recebeu apoio de seus superiores, como dito acima.

Segundo Larissa Pinto Martins (2020, p. 64), a HQ abordava a “Operação Sapatão”, iniciada em 15 de novembro de 1980 e que tinha por objetivo prender lesbianas que se encontrassem na cidade. A polícia invadiu espaços comerciais de sociabilidade homossexual como, por exemplo, Ferro’s Bar, Cachação, Bexiguinha, e quem fosse, ou até mesmo

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano organizado na “abertura política” aparentasse ser “*sapatão*”, ia para o camburão. A autora ainda afirma que a situação foi tão autoritária que até quem portava documentos ou estava com carteira profissional assinada, condições elencadas como pré-requisitos para o respeito e reconhecimento à cidadania, foram presas. Aproximadamente 200 mulheres foram detidas nesta operação, sendo liberadas após suborno aos agentes de segurança pública.

Deste modo, a HQ fez uma crítica ferrenha aos policiais que atuavam juntamente com o delegado Richetti. Demonstrando muita coragem, apesar de toda repressão, as militantes do GALF ousaram discutir e denunciar a dificuldade de assumir-se ou não lésbiana. A ligação entre subversão e homossexualidade nos ajuda compreender a repressão aos movimentos lésbicos, pois foi com essa ideologia de relacionar a população homossexual à perfis de “marginais”, “delinquentes” e principalmente “comunistas”, que o Estado ditatorial tinha justificativa para tais perseguições.

Prefaciando o livro *Ditadura e Homossexualidades*, o historiador Carlos Fico evidencia como o Brasil construiu um enorme aparato de repressão política, que se fundava em duas dimensões principais: a *saneadora* e a *pedagógica*. Essas duas formavam o que o autor aponta como o “cimento ideológico” que sustentou a ditadura civil-militar brasileira. Desta forma, a repressão saneadora era encarregada de prender, interrogar e torturar pessoas e/ou grupos considerados “subversivos”, a repressão *tout court*. A espionagem e a censura política da imprensa também constituíam uma dimensão saneadora.

Renan Quinalha e James N. Green (2014) defenderam o argumento da associação entre subversão e homossexualidade como um conceito que sustentava a ideologia do regime militar, influenciando esferas do Estado, como a Escola Superior de Guerra, agências de repressão (SNI, DOPS, DOI-CODI) e as divisões de censura de televisão, teatros, músicas e imprensa. É importante ressaltar que havia diferença entre os discursos militares produzidos contra as homossexualidades e as visões já preestabelecidas da sociedade no geral, justamente pelo fato de relacionar a homoafetividade às vertentes políticas de esquerda, mais precisamente ao comunismo.

A REPRESSÃO DITATORIAL E AS ORGANIZAÇÕES LÉSBICAS

O movimento lésbico também foi alvo de investigações e relatórios de espionagem. Diante de consultas no *Arquivo Nacional Digital* sobre o tema da lesbiandade e da atuação do movimento, foram encontrados setenta registros que constam sobre a temática. Desses 70, encontramos doze dossiês investigativos em que o LF/GALF foi citado enquanto “fatores que

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano organizado na “abertura política” influenciam na formação moral, social e da opinião pública e contribuem para o descenso gradual dos princípios morais”, “fatores de licenciosidade e obscenidade”. Os dossiês comportam materiais jornalísticos publicados principalmente pela imprensa alternativa em que utilizaremos edições dos jornais *Em Tempo*, *Convergência Socialista* e *O Repórter*.

ASP/SNI **CONFIDENCIAL**
29OUT82 012972
ACE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

INFORMAÇÃO Nº **3128** / 19 /ASP/ 82

DATA: 26 Out 82
ASSUNTO: FATORES QUE INFLUEM NA FORMAÇÃO DA MORAL SOCIAL E DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRAS (IN 4.3)
REFERÊNCIA: Infão nº 1267/119/ASP/82, de 03 Mai
ORIGEM: ASP/SNI
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: AC/SNI
ANEXOS:

4.3.1 - FATORES ADVERSOS AO DESENVOLVIMENTO DOS VALORES ESPIRITUAIS E MORAIS DA NACIONALIDADE. INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (PROFISSIONAIS, RELIGIOSAS, POLÍTICAS ETC.) E DOS INTELLECTUAIS NA EDUCAÇÃO CÍVICA DO HOMEM BRASILEIRO, EM PARTICULAR DA JUVENTUDE

As observações feitas em documentos anteriores - persistem.

Um novo fator, cultuado principalmente no meio artístico e entre os pseudo-intelectuais de esquerda, que vem se difundindo entre a juventude paulista, é a chamada "Ideologia do Permissivismo", ou seja, uma crença de que o indivíduo pode agir como bem lhe aprouver, sem possuir obrigação moral alguma, só admitindo não haver regra alguma para nortear a conduta humana.

Esse comportamento torna nebulosa a visão da juventude quanto aos conceitos de seriedade nos negócios, honestidade pessoal, noção de pátria e consciência dos deveres

CONFIDENCIAL
-cont.-

Imagem 1 – Fonte: Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações. 29 de Outubro de 1982.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
organizado na “abertura política”

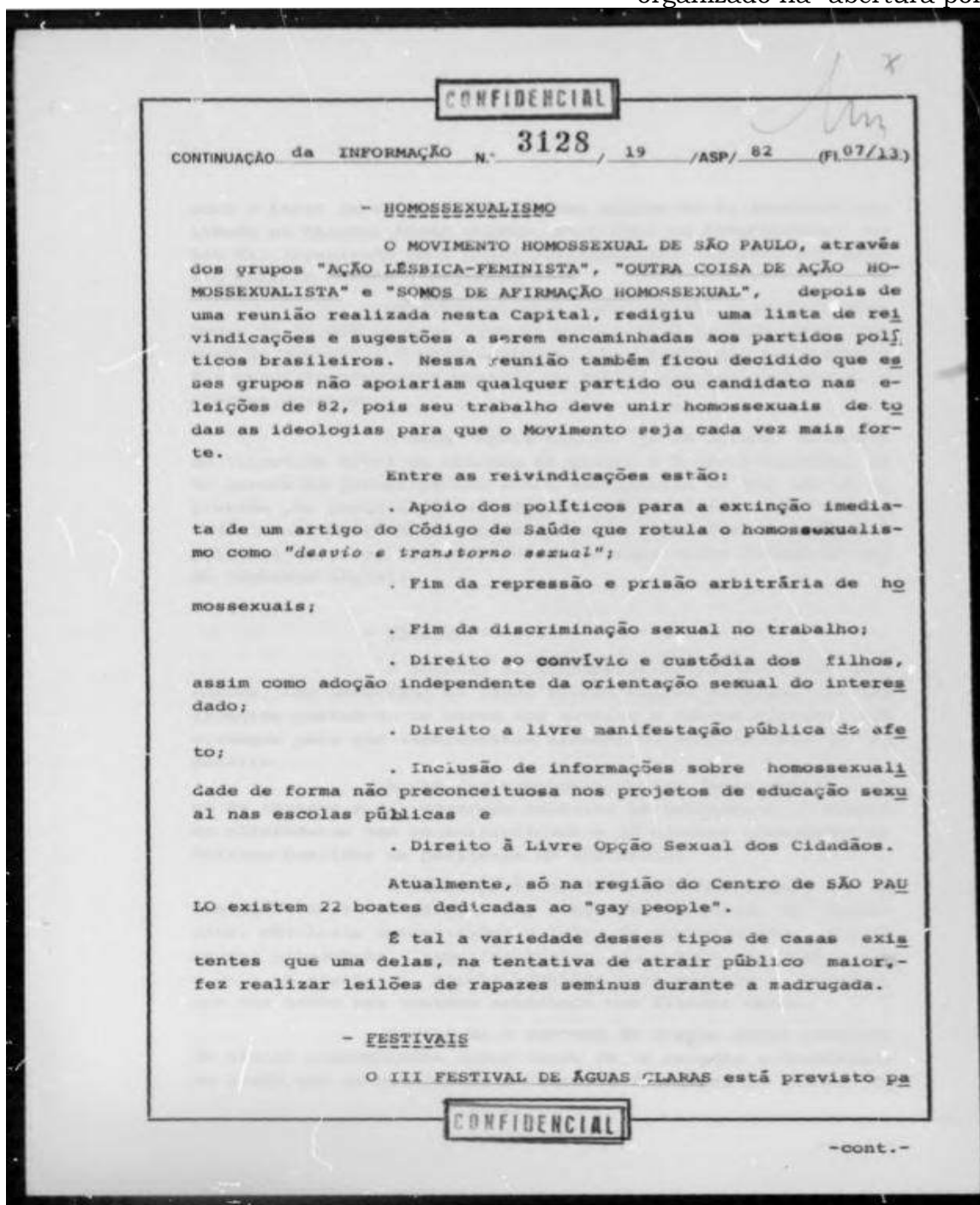


Imagem 2 – Fonte: Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações. 29 de Outubro de 1982.

#PraTodoMundoVer As duas imagens são documentos investigativos do Serviço Nacional de Informações (SNI) em que o grupo Ação Lésbica Feminista é constado como um dos fatores que influenciaram os valores morais do brasileiro.

As duas imagens correspondem a um dossiê do dia 26 de outubro de 1982, sendo a imagem 1 a primeira página do arquivo com a informação nº 3128 do Serviço Nacional de Informações (SNI) com o título *Fatores que influem na formação da moral social e da opinião*

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca. “É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano organizado na “abertura política” pública brasileira, correspondendo o “homossexualismo”⁶, na imagem dois, como um destes fatores. O GALF foi citado juntamente com outros grupos pertencentes ao movimento homossexual de São Paulo. As reivindicações dos grupos foram apontadas e encaminhadas para os partidos políticos brasileiros, contudo, ficou exposta a decisão dos homossexuais de não “apoiarem” qualquer partido nas eleições daquele ano (1982), pois “seu trabalho deve unir todas as ideologias”.

A problemática sobre o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) ter alinhado-se ou não politicamente com partidos políticos, ou com a “luta maior” é bastante discutida entre os estudiosos da ditadura e homossexualidade. As militantes do movimento lésbico foram acusadas diversas vezes, tanto pelo SOMOS/SP, quanto pelas feministas, de estarem sendo “divisionistas” diante da luta homossexual e feminista, por simplesmente reivindicarem suas pautas. Além disso, as mulheres do LF também sofreram represálias de alguns homens do SOMOS/SP, pelo fato de terem decidido comparecer as comemorações dos operários em São Bernardo do Campo, em maio de 1980, sendo acusadas de “manobristas” por terem se aliado à “luta maior” (FERNANDES, 2014, p. 130).

O jornal *ChanacomChana* (1981), em sua única edição, produzido pelo LF, debateu sobre a “luta maior”.

[...] Mas quem decreta o que é maior e o que é menor, o que deve ou não deve ser prioritário, senão os poderes e aparelhos políticos imperantes? Isto é uma atitude eminentemente antidemocrática, especialmente porque, como tantas outras, vem de cima para baixo. [...] Uma outra idéia [sic] equivocada nessa história de ‘luta maior’ é o fato de se colocar a política numa esfera à parte e privilegiada, totalmente calcada em princípios teóricos abstratos altamente manipuláveis em termos de uma ortodoxia [...] Tendo os manifestos mais recentes dos grupos homossexuais organizados (incluindo as lésbicas) apoiado as feministas, como também, os movimentos negros e as reivindicações de cunho social que se inserem na clássica luta de classes. Por que discriminá-los então? Eles também participam da ‘luta maior’. Se eles continuam discriminados é porque a própria imposição da ‘luta maior’ da forma como é feita, já é uma discriminação (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 3).

O LF criticou os grupos que entendiam que suas lutas eram gerais e, portanto, prioritárias, se comparadas com as lutas de alguns grupos feministas e do movimento lésbico. Elas inclusive pontuaram que a própria imposição de uma “luta maior”, colocando as demais

⁶ O termo “homossexualismo” era utilizado pela documentação do século XIX e por isso permaneceu no corpo do texto, porém, vale ressaltar que atualmente já é visto como incorreto e preconceituoso, pois carrega o sufixo “ismo” que relaciona-o à doença.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
organizado na “abertura política”
lutas no lugar de “lutas menores” já era um tipo de discriminação. Elaine Marques Zanatta
(1996/1997, p. 200) reafirma isto quando escreve que os grupos organizados consideravam os
temas específicos como sexualidade, papéis sociais, dentre outros, inoportunos e divisionistas,
o que resultou em um debate ideológico sobre lutas gerais e específicas na cena política no
início da década de 1980.

Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso
polítiqueiro machista das lutas gerais contra as lutas específicas e que todas as
questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias.
Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é
negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também
é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher
homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na
periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna
cúmplices da violência (Grupo Ação Lésbico-Feminista, 1982 apud
ZANATTA, 1996/1997, p. 202).

As militantes do LF faziam um apelo aos movimentos feministas para que estes não
reproduzissem os discursos politiqueiros dos partidos políticos sobre as *lutas gerais e
específicas*. Elas queriam discutir seus temas específicos como papéis sexuais, sexualidade,
dentre outros na tentativa de construir outra realidade social, diferente da heterossexual. A
lesbiana política estava engajada em uma luta sem tréguas e sem cumplicidade. Marisa
Fernandes (2014), ex-integrante do GALEF, defende que as lutas pela visibilidade lesbiana, pelo
respeito e a livre expressão da sexualidade surgiram de forma inseparável das lutas contra a
ditadura.



Imagem 3 – Jornal: *Em Tempo*. Julho de 1981. Fonte: Arquivo Nacional.

#PraTodoMundoVer A imagem é uma matéria jornalística do periódico *Em Tempo* que descreve a dupla discriminação sofrida pelas mulheres lésbicas.

Nesta publicação do jornal *Em Tempo*, pode-se observar uma matéria sobre a dupla discriminação lésbica. Mesmo não sendo um periódico com um agenciamento voltado exclusivamente para as questões dos homossexuais, assim como foi o *Lampião da Esquina*, o registro apontou a temática lésbica em um jornal clandestino voltado para as demandas da classe trabalhadora. Os movimentos lésbianos organizados politicamente configuraram-se como uma sexualidade marginalizada pelos discursos hegemônicos da esfera conservadora e preconceituosa do período do regime militar brasileiro e por parte considerável da esquerda. As militantes lésbicas permaneceram no ostracismo em muitos momentos de reivindicação de direitos.

As organizações formadas por segmentos de movimentos sociais tiveram seu auge de atuação durante as décadas de 1970 e 1980. Apesar do golpe militar em 1964 ter adiado as possibilidades de grupos identitários, como as feministas, os movimentos negros e

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano organizado na “abertura política” homossexuais defenderem livremente suas bandeiras, o período de abertura do regime, possibilitou uma maior organização e combate à ditadura.

De acordo com Green e Quinalha (2014), grande parte da esquerda também compartilhava de noções homofóbicas e conservadoras diante dos movimentos homossexuais, aumentando ainda mais a marginalização desses grupos. Quando falamos especificamente do movimento lésbico, o preconceito era bastante acentuado, não só por parte das esquerdas alinhadas a “luta maior”, como também, pelos movimentos em que pautavam questões mais específicas, como o movimento homossexual masculino e o feminista.

É importante destacar as circunstâncias em que a organização lésbica foi invalidada por parte do movimento homossexual masculino e o próprio feminismo, apontando que o machismo dos homens *gays* e a lesbofobia das feministas heterossexuais se sobressaíram apesar das convergências entre a lesbiandade e os movimentos em questão. Porém, não é justo comparar as repressões sofridas pelas lésbicas em relação a alguns movimentos de esquerda e aos ditadores, já que estes últimos eram quem detinham o poder de legitimar o Estado para reprimir as minorias no geral, utilizando a violência física e a censura.

A exemplo desses conflitos envolvendo as militantes lésbicas, as feministas e os grupos político-partidários de esquerda, temos o que antecedeu o III Congresso da Mulher Paulista (III CMP). De acordo com Tânia Pinafi (2011, p. 76), houve demarcações de territórios que eclodiram dentro do movimento feminista, paralelo a isto, os ataques sofridos pelas lésbicas. Por um lado, existia o preconceito das feministas em relação às lésbicas, por outro, havia uma parcela de grupos políticos que queriam desqualificar o trabalho das feministas, usando a generalização de que “toda feminista é sapatão”.

O jornal *Hora do Povo*⁷ dizia que:

No seu número 6 de fevereiro de 1981, um artigo atacava as ‘autonomistas’ do movimento feminista: grã-finas desorientadas, lideradas por lésbicas! Acima do artigo, uma charge assinada por Maringoni em que apareciam, entre outras mulheres, duas lésbicas, uma tendo um ataque histérico ao ver mulheres do povo, enquanto a outra, caricaturalmente ‘machona’, tenta leva-la para casa (MACRAE, 1983, p. 58).

As feministas “autonomistas” foram chamadas de “grã-finas desorientadas”, numa nítida associação a um estado de desequilíbrio mental, já que uma das personagens que foi

⁷ Ver: ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997. Segundo a autora, o jornal era porta-voz do grupo esquerdista Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8. O grupo do jornal participou no encaminhamento das questões durante o II e III Congressos da Mulher Paulista.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano organizado na “abertura política” retratada na charge estava tendo um ataque. Diante disto, podemos verificar que o cenário político não estava tão receptivo às lésbicas, já que elas foram usadas na charge para descredibilizar as feministas. Ao longo do tempo o termo “lésbica” foi – ainda é – utilizado de forma pejorativa para desestabilizar e deslegitimar o movimento feminista, através de estereótipos como “machona”, “virago”, “feiosa”, “mal-amada”, “menos mulher”, dentre outros. Deste modo, os feminismos resistiam à ideia de incorporar as pautas lésbicas em suas produções teóricas, porque, além da carga que a palavra lésbica carregava, ainda estava muito intrínseco o heterossexismo dentro do movimento.

Já no III CMP, que aconteceu nos dias 22 de fevereiro, 7 e 8 de março de 1981, em São Paulo, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) tentou impedir a participação das lésbicas, uma vez que “[...] a lésbica nega a sua própria condição de mulher, e não pode fazer parte de um movimento feminino” (TELES, 1999, p. 124), conforme declarou Márcia Campos – uma das militantes do MR8 – à *Folha de S. Paulo* em 11/02/1981. Enquanto isto, o jornal *Lampião da Esquina*, noticiava o que estava acontecendo no III CMP. Na matéria intitulada sugestivamente *A hora da porrada*, comentou que:

De tímidas participantes o ano passado, as lésbicas emergiram a crista da onda neste 3º CMP, ao se tornarem alvo predileto do grupo HP [Hora do Povo], para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas, de outro o povo brasileiro. Aliás, foram as militantes desse jornal que fizeram a significativa sugestão de que os homossexuais deviam ir para a Amazônia em regime de reeducação (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1981, p. 12).

É importante frisarmos o discurso de ódio proferido por integrantes do jornal *Hora do Povo*, numa nítida associação aos pensamentos de parte da sociedade do século XIX que acreditavam que as lésbicas precisavam ser curadas, como se sua sexualidade fosse uma doença. Por sua vez, o boletim *ChanacomChana*, na edição número 3, divulgou que a participação do LF “[...] ficou marcada por muita insegurança e desestruturação, tendo como perspectiva maior somente a troca de experiências com outras mulheres sobre organização e feminismo” (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p. 3). Apesar de uma participação menos ativa no III CMP, foi nele que o LF lançou o jornal *ChanacomChana*, que contou somente com uma edição, a de janeiro de 1981, mas que, juntamente com o boletim *ChanacomChana*, foram os primeiros periódicos que trataram exclusivamente⁸ da questão lésbica, no Brasil.

⁸ Ver: MARTINHO, Míriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html> Acesso em: 16 jan. 2020.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
organizado na “abertura política”

O jornal *Lampião da Esquina* (1981, p. 13), em matéria intitulada *Um Congresso bem-pensante?* fez uma entrevista sobre a organização do III CMP com Marisa Fernandes, que na época era integrante do LF e Teca, que era integrante do SOS Mulher. Segundo Teca, o MR-8 estava chamando o III CMP de um “congresso de sapatões” e propagava que queria fazer um congresso do povo e as feministas um congresso de lésbicas. Nesse momento, uma mulher da favela que estava participando, fez uma observação dizendo que não estava entendendo direito a situação, já que se tratava de um Congresso de Mulher, mas tinha gente participando que não era “nem mulher, nem homem”. Teca afirmou que neste momento ela fez uma intervenção comparando-as ao delegado Richetti, contou também que na ocasião outras feministas falaram a favor das lésbicas, defendendo sua participação no III CMP, porém, a defesa da participação não significava que elas defendiam que as questões das lésbicas seriam incluídas no evento.

Audre Lorde escreve que “[...] para os defensores da heterossexualidade, lésbicas são tão poderosas que a presença de uma pode contaminar todo o sexo” (LORDE, 2020, p. 65). Deste modo, até a presença de poucas lesbianas nos eventos feministas gerava um desconforto tão grande que parecia que elas podiam chamar mais atenção que o grande número de mulheres heterossexuais.

Apesar das feministas examinarem a ordem social-patriarcal e seus impactos na vida das mulheres em sociedade, elas não estavam dispostas a problematizar a questão do heterossexismo dentro do movimento, tão caro às lesbianas. Ainda estava muito intrínseco no feminismo as construções de feminilidade e masculinidade que ditavam os assuntos prioritários. E, com isto, não havia a compreensão da necessidade de existir uma luta interseccional entre os grupos. Por isso, a lesbiandade tinha um agenciamento voltado ao enfrentamento de suas questões quase que exclusivamente feito pelas lesbianas. Fazia-se necessário que os movimentos feministas adotassem uma posição que ultrapassasse totalmente ou, ao menos, parcialmente o quadro da heterossexualidade e do gênero binário, pois ainda estava muito presente no feminismo representações conjugadas ao masculino.

Uma das fundadoras do LF, escritora e organizadora de alguns textos extremamente essenciais para a construção da pesquisa, Marisa Fernandes (2018) aponta que as mulheres lésbicas notaram que dentro do grupo SOMOS ainda havia questões discriminatórias e machistas reproduzidas pelos próprios homossexuais. No dia 07 de julho de 1979, sabendo que eram duplamente discriminadas pelo fato de serem lésbicas e mulheres, afirmaram que passariam a atuar dentro do SOMOS como um subgrupo lésbico-feminista. Assim surgia o LF, que posteriormente seria o GALF.

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
organizado na “abertura política”

Por fim, outra organização lésbiana também formada no período de abertura política foi o Grupo Libertário Homossexual (GLH), na cidade de Salvador. A partir de uma pesquisa apurada que será feita posteriormente, na monografia, apontaremos a movimentação política desse grupo a partir de entrevistas realizadas pela historiadora Zuleide Paiva com uma ex-integrante do coletivo de mulheres lésbianas.

De todo modo, é importante salientarmos que muitos registros que confirmam a atuação do GLH foram perdidos, por causa disso, temos mais material sobre o grupo paulista LF/GALF, já que os arquivos encontrados correspondem a este. Segundo Jorilene de Barros (2012, p. 18), entre as décadas de 1940 – 1970, São Paulo tornou-se um berço cosmopolita, com grandes transformações derivadas da modernização e urbanização da cidade, fazendo com que o fluxo de migração fosse ainda mais intenso. Nos grandes centros urbanos como São Paulo, os jovens puderam vivenciar mais liberdade e se unir para lutar por mais direitos que até então lhes eram negados.

CONCLUSÃO:

As leituras para o desenvolvimento deste artigo possibilitaram uma análise de como a lesbiandade foi marginalizada em diversos períodos da história, em particular durante a ditadura civil-militar no Brasil; isso quando não foi excluída da temática das homossexualidades. No período de abertura política, o surgimento de grupos lésbianos organizados politicamente se juntou às categorias sociais que se alinharam à luta pela redemocratização brasileira. Compreendemos que naquele momento de combate à ditadura, as pautas dos movimentos sociais eram indissociáveis dos protestos pela volta da democracia. A repressão e censura à lesbiandade representou a essência de um Estado ditatorial que justificava as opressões cometidas na conservação da *moral e dos bons costumes* da sociedade homofóbica, machista e racista.

Trabalhar com o eixo temático das homossexualidades, no período de repressão ditatorial, demonstra a importância de continuarmos denunciando as práticas coercivas de um Estado que ainda é o que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. É necessário apresentar à historiografia versões que integrem os indivíduos – sejam lésbianas, mulheres, trabalhadores e negros – como sujeitos ativos que enfrentaram repressões físicas e morais em regimes de exceção como a ditadura civil-militar.

Além de apresentar a repressão dos agentes ditatoriais contra a lesbiandade por meio do discurso da *moral e dos bons costumes*, como também a intensidade do silenciamento e da

SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca.
“É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbiano
organizado na “abertura política”
marginalização das pesquisas voltadas a lesbiandade, esse trabalho também é uma busca pela
valorização da memória de mulheres lésbicas e da expressão de amor de umas pelas outras.

REFERÊNCIAS

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 2, 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In. *História do Movimento LGBT no Brasil*./ Organização: James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1. Ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOMES, Jorilene Barros da Silva. *Nem santa nem puta: Moral (1940-1970) e censura na obra de Cassandra Rios*. / - Guarabira: UEPB, 2012.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade* / – São Carlos: EdUFSCar. 2014. 330 p.

HOLANDA, Ismênia de Oliveira; MESQUITA, Raquel Guimarães; PAIVA, Antonio Crístian Saraiva. *Censura e esquecimento: a perseguição à literatura lésbica de Cassandra Rios*. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Ismenia_de_Oliveira_Holanda_1020715_4110_corrigido.pdf.

JORNAL CHANACOMCHANA, São Paulo, LF, n. 0, 1981.

JORNAL EM TEMPO, n. 130, de 10 a 23 de julho de 1981.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, ano 1, Rio de Janeiro, n. 12, 1979.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, ano 3, Rio de Janeiro, n. 26, 1980.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, ano 3, Rio de Janeiro, n. 35, 1981.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História, Brasília, 2007.

_____. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. *Em Tempo de Histórias*, nº. 7, 2003.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução: Stephanie Borges. – 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018. 377 p.

_____. Em defesa do gueto. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, 1983.

- SILVA, Elísia Gomes da, e SILVA, Jaine Chianca. “É a ânsia de quem nunca falou”: repressão à lesbiandade e ao movimento lésbico organizado na “abertura política”
MARTINHO, Míriam. *Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil*. 2012. Disponível em <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- MARTINS, Larissa Pinto *et al.* ChanacomChana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 50-75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/43257/pdf>. Acesso em 28 jul. 2021.
- OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos : EdUFSCar, 2019
- OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). – *Revista Periodicus*. n. 7, v. 1 maio-out. 2017 p. 06-19.
- PINAFI, Tânia. *Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do movimento LGBT*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.
- QUINHALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. – 1º ed. – São Paulo. Companhia das letras, 2021.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, n. 5/6, 1996/1997.